

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 MAIO/2008 A ABRIL/2009

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	218.842,88	
Pessoal Ativo	180.259,60	
Pessoal Inativo e Pensionistas	38.583,28	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	78.201,44	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial		
Despesas de Exercícios Anteriores	40.426,17	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		
Pessoal Inativo e Pensionistas (*)	19.750,11	
Grat. Substituição (*)	920,00	
Imposto de Renda Retido na Fonte (**)	17.105,16	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	140.641,44	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	140.641,44	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	3.177.104,65
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	4,43%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 6 %	190.626,28
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 5,70%	181.094,96

FONTE:

- 1 - R.C.L- R\$ 3.289.165.181,00, conforme Portaria nº 083//GECON/GAB/CGE, de 15 de maio de 2009;
- 2 - Despesa Liquidada com Pessoal - valores registrados nos Balancetes Mensais - SIAFEM/08 e SIAFEM/09
- 3 - O Relatório de Gestão Fiscal está consubstanciado na Portaria n. 577, de 15/10/2008, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Apuração dos limites:

Na apuração dos limites foram deduzidas (não computadas), as despesas de natureza indenizatória e IRRF, embasadas nos Pareceres do TCER a saber:

- (*) Fundamento Legal: Parecer Prévio nº 107/2001-TCER, publicado no D.O.E. nº 4961, de 15/04/02.
 (**) Fundamento Legal: Parecer Prévio nº 056/2002/TCER, publicado no D.O.E. nº 5155, de 23/01/03.

Porto Velho (RO), 20 de maio de 2009.

Desª. Zelite Andrade Carneiro
 Presidente

José Leonardo Gomes Donato
 Adm. CRA RO 370/RD
 Secretário Administrativo

Antonio Andrade Filho
 Cont. CRCRO 000679/O-7
 Coordenador de Controle Interno

Belª. Márcia Duarte da Silva
 Diretora do Deptº. de Economia e Finanças

Fabiano Altino de Sousa
 Cont. CRC-RO 004830/O-5
 Diretor da Divisão de Contabilidade